



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

CONTRATO Nº 032/2018
Protocolo 15.371.003-1

Termo de Contrato nº 032/2018 que fazem entre si a Defensoria Pública do Estado do Paraná e Netinstall Ltda - EPP para a prestação de serviços de infraestrutura, cabeamento lógico, instalações elétricas e telefônicas, por demanda

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPPR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Defensor(a) Público(a)-Geral do Estado do Paraná, Dr(a). EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO, portador(a) da Cédula de Identidade inscrita no Registro Geral sob o nº 4.543.573.3 SSP-SP, inscrito(a) no CPF/MF nº 650.586.239-00, e Netinstall Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.038.861/0001-82, com sede na Rua Albano Reis, 652, Bom Retiro, Curitiba-PR, 80520-530, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu(sua) administrador(a), Sr(a). Ernesto Rodriguez Santamaria, portador(a) do RNE W007485-T, inscrito(a) no CPF/MF nº 017.154.619-94, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em virtude do Pregão Eletrônico nº 005/2017 (Protocolo nº 14.051.727-5), cujo resultado fora homologado em 04/09/2017 (DIOE/PR nº 10022), mediante as cláusulas e condições adiante expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de infraestrutura, cabeamento lógico, instalações elétricas e telefônicas para atender as necessidades básicas de funcionamento dos equipamentos de informática, telefonia e instalações elétricas simples da sede/subsede/repartição da Defensoria Pública do Estado do Paraná localizada na Rua Travessa Brasil, nº 123, São José dos Pinhais/PR, o que compreende projetos, instalação, remoção, ampliação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade com a substituição de materiais e serviços correlatos, em vinculação com as especificações contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2017 e seus anexos, com a Ata de Registro de Preços e com a proposta apresentada pela Contratada, especialmente o projeto constante no Protocolo 14.976.985-4.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com o que dispõe o Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2017.

2.2. Considerando que o objeto contratual contempla serviços para 38 (trinta e oito) pontos (somatória de pontos elétricos, telefônicos estruturados e lógicos, individualmente considerados), conforme se infere do Projeto Básico ("Layout")



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

anexo, aprovado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, deverão ser observados os seguintes prazos (constantes do item 8.6 do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2017):

- 2.2.1. 2 (dois) dias úteis para início da prestação dos serviços, contados a partir da data de assinatura do presente contrato;
- 2.2.2. 15 (quinze dias) dias úteis para execução dos serviços, contados a partir do esgotamento do prazo definido no item 2.2.1; e
- 2.2.3. 5 (cinco) dias úteis, após a conclusão dos serviços, para entrega do Projeto Definitivo ("As Built").

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. A Contratante pagará à Contratada pelos serviços especificados na cláusula segunda e delimitados no Projeto Básico ("Layout") anexo o valor de R\$ 46.642,96 (quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos), decorrente da aplicação dos valores constantes da Ata de Registro de Preços vinculada ao Pregão Eletrônico nº 005/2017 e dos quantitativos da Planilha de Materiais e Serviços aprovada com o Projeto Básico ("Layout").

3.2. No valor acima estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, não cabendo à DPPR quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Após o recebimento definitivo, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da licitante vencedora em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados também do recebimento definitivo.

4.2. Para a liberação do pagamento, o Fiscal do Contrato encaminhará a Nota Fiscal, acompanhada do documento de Recebimento Definitivo, à Gestão de Finanças, que, então, providenciará a liquidação da obrigação.

4.2.1. Caso alguma das certidões referidas nas letras "d" a "h" do item 12.1 do Edital tenha seu prazo de validade expirado entre o recebimento definitivo e a data do pagamento, poderá a Gestão de Finanças, a seu exclusivo critério, diligenciar para obtenção do referido documento ou solicitar que a Contratada o apresente.

4.2.2. Na ocorrência da hipótese mencionada no item anterior, o pagamento somente será liberado após a obtenção/apresentação da certidão correspondente (artigo 99, inciso XV, da Lei Estadual nº 15.608/07).

4.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação do fornecedor, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

4.5. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

4.5.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à contratada quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste contrato iniciará com a sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e perdurará até o recebimento definitivo do seu objeto, sem prejuízo das garantias previstas no item 5 do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2017.

5.2. Fica estabelecido como limite de vigência contratual o prazo de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação diante da ocorrência de algum(uns) dos casos previstos no artigo 104 da Lei Estadual nº 15608/2007.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

6.1. Será designado representante pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/07.

6.2.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e, se for o caso, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECEBIMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita do contratado, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, para efeito de posterior



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e neste Termo de Contrato.

7.2. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no edital.

7.3. A licitante deverá corrigir ou refazer todos os serviços que apresentarem quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como realizar adequações, sem ônus para a DPPR.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de sua qualidade e de sua adequação aos termos contratuais e editalícios.

7.4.1. No caso de recebimento definitivo de objeto cujo valor supere R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser designada comissão específica pela autoridade competente, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, que elaborará termo circunstanciado para esse fim.

7.4.2. Na hipótese de a verificação a que se refere este item não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que haja comunicação à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores ao término do prazo.

7.5. O recebimento definitivo dos serviços fica condicionado à demonstração de cumprimento pela contratada de todas as suas obrigações editalícias e contratuais, dentre as quais se inclui a apresentação dos documentos pertinentes, em especial o Projeto Definitivo ("As Built").

7.6. Os recebimentos provisório ou definitivo dos serviços não excluem a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.7. No caso de recebimentos decorrentes de Termos de Contrato diversos, somente deverão ser renovadas as certidões relativas às letras "d" a "h" do item 12.1 do Edital cujo prazo de validade se expire antes dos respectivos recebimentos definitivos.

7.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à prestação de todos os serviços indicados no instrumento contratual, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

7.8.1. Caso a prestação dos serviços seja estipulada de forma parcelada, os recebimentos provisório e definitivo serão efetuados apenas por ocasião entrega da última parcela, quando, então, serão adotadas as medidas destinadas ao pagamento dos serviços, desde que observadas as demais condições do Edital e de seus anexos.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. O pagamento decorrente do objeto deste contrato, pregão eletrônico nº 005/2017, correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Defensoria Pública do Estado do Paraná. Unidade: 60 – **FADEP.**

Função: 03 – Essencial à Justiça. Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa de Trabalho: 43 – Gestão Institucional – Outros Poderes, MPPR e DPPR.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

Atividade: 4009 – Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná (FADEP).

Fonte: 250 – Recursos Diretamente Arrecadados.

Rubricas:

4.4.90.30.26 – Material Elétrico e Eletrônico: R\$ 22.002,13 (vinte e dois mil, dois reais e treze centavos).

4.4.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais: R\$ 12.456,83 (dezessete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

4.4.90.52.30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos: R\$ 2.923,44 (dois mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).

4.4.90.52.35 – Equipamentos de Processamento de Dados (incluindo-se serviços e materiais diretamente consumidos em suas instalações): R\$ 9.260,56 (nove mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA NONA – DIREITOS DAS PARTES

9.1. O objeto da contratação pode ser alterado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante as devidas justificativas, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração.

9.2. O objeto da contratação pode ser alterado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.2.1. Eventuais supressões que superem o limite acima referido poderão ser celebradas mediante acordo entre os contratantes.

9.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, nos prazos fixados no Edital e neste contrato, os serviços com inadequações ou defeitos.

10.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

licitação, inclusive apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.

10.6. Indicar, em ofício apartado, por ocasião da assinatura deste Termo de Contrato, preposto para representá-la, comunicando, ainda, pelo mesmo meio, qualquer alteração quanto ao responsável pela sua representação durante a execução contratual.

10.7. Apresentar, como condição de recebimento definitivo e de pagamento, quaisquer das certidões mencionadas nas letras "d" a "h" do item 12.1 do Edital que tenham seu prazo de validade expirado durante a execução contratual.

10.8. Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

10.9. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.10. A Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante a data do início da execução dos serviços com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

10.11. Finalizada a execução dos serviços, o local deverá ser entregue limpo pela Contratada.

10.12. Observar integralmente os termos da norma de segurança NR10, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, durante a execução dos serviços objeto da presente contratação.

10.13. A Contratada responsabiliza-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais eventualmente contratados para execução deste contrato, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços ora contratada.

10.13. Por ocasião da conclusão da execução dos serviços em cada local e antes mesmo da entrega do Projeto Definitivo ("As Built"), os técnicos da contratada devem se dirigir ao responsável, ou seu substituto, solicitando que seja assinado um Atestado de Realização de Serviços, contendo descrição do serviço, indicação dos técnicos que participaram da execução, das datas e dos horários de toda a execução do serviço.

10.14. Após a execução do serviço a contratada deve reunir e entregar os seguintes documentos: planilha de serviços executados, comprovante de funcionamento, Atestado de Realização dos Serviços, comprovante de quantitativo de materiais e comprovante da respectiva certificação, quando contratada a entrega de materiais, e Projeto Definitivo ("As Built"), acompanhado da certificação dos pontos lógicos.

10.15. Verificar se a capacidade energética do local atende às necessidades de instalação solicitadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná. Caso verifique-se que o local não comporta a carga elétrica solicitada, a contratada deverá fazer as adequações necessárias na parte elétrica interna do imóvel. Se constatado que também é necessário alguma adequação na entrada de Energia Elétrica do local por conta da empresa fornecedora de Energia Elétrica, a contratada deverá auxiliar com



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

subsídios técnicos a Defensoria Pública do Estado do Paraná para que esta solicite a adequação junto à empresa fornecedora de Energia Elétrica.

10.16. A Contratada deverá ater-se estritamente ao que estabelece o Projeto Básico ("Layout"), a Planilha de Quantitativo de Materiais e Serviços e o Cronograma de Execução aprovados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná durante a execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.17. As demais obrigações da contratada encontram-se dispostas no respectivo Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato, no Edital e seus anexos.

11.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam refeitos ou corrigidos.

11.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

11.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no contrato, no Edital e seus anexos.

11.6. As demais obrigações da contratante encontram-se dispostas no respectivo Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento das obrigações assumidas na licitação ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das sanções previstas na Lei Estadual nº 15.608/2007 e regulamentadas, no âmbito desta Defensoria, por meio da Deliberação CSDP nº 11/2015¹.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – HIPÓTESES DE RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 129 da Lei Estadual nº 15.608/07, com as consequências indicadas no artigo 131 do referido diploma legal, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados à Contratada o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

13.3. A rescisão do contrato poderá ser:

13.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

13.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou

1

http://www.defensoriapublica.pr.gov.br/arquivos/File/Institucional/Conselho_Superior/Deliberacoes_2015/11_2015.pdf



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Contratos

- 13.3.3. Judicial, nos termos da legislação.
- 13.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 13.5. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato.
- 13.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.6.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 14.1. Aplicam-se ao presente contrato as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, na Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei Estadual nº 15.608/07 e legislação complementar, aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e a Lei Federal nº 8.078/90.
- 14.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

- 15.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

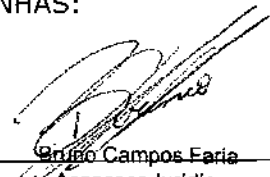
E, por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.


Curitiba, 19 de Setembro de 2018.

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO PARANÁ
Eduardo Píao Ortiz Abraão

NETINSTALL LTDA - EPP
Ernesto Rodriguez (Santamaria)

TESTEMUNHAS:


Nome: Grifão Campos Faria
Assessor Jurídico
Defensoria Pública PR
RG: 112.093.384-0


Nome: Jozel de Souza Pimenta
RG: 12.451.417-7

RESULTADO DA LICITAÇÃO Nº 264/2018

Preço máximo da licitação: R\$ 3.111.435,03.

Proposta de Preço das empresas:

ECOSOUL Proj. Eng. Saneamento e Meio Ambiente Ltda. EPP R\$ 2.261.000,00;
 HOLLUS Serviços Técnicos Especializados Ltda. R\$ 2.187.294,89;
 PROENSI Projeto e Engenharia de Sistemas S/S Ltda. R\$ 3.069.000,00;
 (*) PROJEL Engenharia Especializada Ltda. R\$ 6.417.760,30;

(*) A empresa PROJEL Engenharia Especializada Ltda. foi desclassificada, por apresentar preço superior ao estimado para a contratação, nos termos do disposto no Art. 56, IV, da Lei 13.303/16, e Art. 88, IV, do RILC.

Nota Técnica das empresas:

ECOSOUL Proj. Eng. Saneamento e Meio Ambiente Ltda. EPP Nota Técnica: 77,90 pontos;
 HOLLUS Serviços Técnicos Especializados Ltda. Nota Técnica: 13,00 pontos;

PROENSI Projeto e Engenharia de Sistemas S/S Ltda. Nota Técnica: 98,00 pontos;

PROJEL Engenharia Especializada Ltda Nota Técnica: 61,50 pontos;

(*) A empresa HOLLUS Serviços Técnicos Especializados Ltda. foi desclassificada, em observância aos itens 9, 10 e 11 do capítulo VII do Edital.

Classificação das empresas:

1ª) PROENSI Projeto e Engenharia de Sistemas S/S Ltda. Média Final: 90,70;
 2ª) ECOSOUL Proj. Eng. Saneamento e Meio Ambiente Ltda. EPP Média Final: 84,53.

A Comissão de Licitação, após a análise da documentação de habilitação da licitante PROENSI Projeto e Engenharia de Sistemas S/S Ltda., 1ª classificada, de acordo com os critérios estabelecidos no edital de licitação, decide considerá-la habilitada. O inteiro teor da Ata de Julgamento está disponível na internet, no site da Sanepar, (<http://licitacoes.sanepar.com.br>) Abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

Lucas Paulino da Silva
 Presidente da Comissão de Licitação

99248/2018

Serviço Social Autônomo

PARANACIDADE

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2018.
 PARTES: PARANACIDADE e a empresa WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME.
 OBJETO: o valor global máximo do contrato fica alterado para R\$ 87.500,00, em decorrência do acréscimo de R\$ 17.500,00, correspondente a 25% do valor inicialmente estimado.
 DATA DE ASSINATURA: 18/09/2018.

99238/2018

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 009/2017.
 PARTES: PARANACIDADE e a empresa E.C.S. COMERCIAL DE ALARMES LTDA - ME
 OBJETO: reajusta o valor do contrato em 6,15%, conforme IGPM do período, passando o total para R\$ 1.656,00, sendo as mensalidades R\$ 138,00 cada; prorroga o prazo de execução por mais 12 meses, de 02/09/18 até 01/09/2019 e o prazo de vigência, da mesma forma, de 02/11/18 até 01/11/2019; nomeia como gestor do contrato o Sr. José Ricardo Mattos do Amaral.
 DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.

99241/2018

PARANA PROJETOS

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANÁ PROJETOS
EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 088/2018.
 MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 028/2018.
 OBJETO: Prestação de serviços de agenciamento de viagens.
 PARTES: SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANÁ PROJETOS e LNX TRAVEL VIAGENS E TURISMO FIRELLI.
 DATA ASSINATURA CONTRATO: 14 de setembro de 2018.
 VALOR GLOBAL: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), sendo meramente estimativo, com custo de agenciamento de R\$ 0,01 (um centavo) por emissão de bilhete.
 PRAZO VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14 de setembro de 2018.
 Curitiba, 20 de setembro de 2018.
 Cyllenceo Pessoa Pereira Junior
 Superintendente

99257/2018

Defensoria Pública do Estado

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO 032/2018

Protocolo: 15.371.003-1
 Pregão Eletrônico 005/2017
 Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná - DPP e NETINSTALL LTDA - EPP.
 Objeto: Adequação eletrológica para a sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná em São José dos Pinhais-PR.
 Período de vigência: início com a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e perdurará até o recebimento definitivo do seu objeto. Fica estabelecido como limite de vigência contratual o prazo de doze (12) meses, com possibilidade de prorrogação.
 Valor Global Estimado: R\$ 46.642,96.
 Dotação Orçamentária: 076003122434009 - Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná (FADEP). Fonte: 250 - Recursos Diretamente Arrecadados.
 Rubricas: 4.4.90.30.26; 4.4.90.39.05; 4.4.90.52.30 e 4.4.90.52.35
 Assinatura: 19 de setembro de 2018.
 EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
 Defensor Público Geral do Estado do Paraná

99391/2018

Ministério Público do Estado do Paraná

Errata dos Extratos do 5º e 6º Termos Aditivos ao Contrato
 PROTOCOLO: 18336/2018 - CONVITE: 09/2017 - CONTRATO: 252/2017
 CONTRATADO: RAG - Empreiteira de Obras Ltda.
 CNPJ: 08.215.502/0001-41.
 Na publicação nº 10278 do dia 20/09/2018, pág 24, onde se lê "VIGÊNCIA: 18/09/2018 a 15/02/2019", leia-se "VIGÊNCIA: 18/09/2018 a 16/04/2019".

99255/2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2018-MP/PGJ
AVISO DE LICITAÇÃO

1-Objeto: Aquisição de 500 (quinhentos) discos rígidos (HD) externos USB 3.0 DE 2 TB cada, com garantia de no mínimo 12 meses, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. 2- Abertura: dia 04 de outubro de 2018 às 09h (horário de Brasília). 3- Local: site do Banco do Brasil S/A (www.licitacoes-e.com.br). 4 - Edital e Informações Complementares: Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - www.mppr.mp.br e no site do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br. Curitiba, 20 de setembro de 2018.

99470/2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2018-MPPGJ
HOMOLOGAÇÃO

Adotando o Parecer nº 321/2018-AJGAB/SUBADM (fls. 267/280), e no Extrato de fl. 207, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos HOMOLOGOU a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 41/2018-MPPGJ, confirmando a adjudicação do objeto do lote único à licitante: SEELK LTDA - ME no lote único, com o valor total de R\$ 6.699,69. Curitiba, 20 de setembro de 2018.

99426/2018

Conselhos

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

O Conselho Regional de Odontologia do Paraná, torna público que realizará no dia 08/10/2018 às 14hs00min em sua Sede, pregão presencial, com protocolo dos envelopes até às 13hs30min, para a contratação de prestação de serviço, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e rodoviárias, que atendam às condições, quantitativos, e especificações mínimas estabelecidas no ANEXO I deste Edital, que oferecer o Menor Preço (Maior Desconto) sobre os serviços fornecidos. Aos interessados, o Edital encontra-se no Site www.cropr.org.br e também na Sede do CRO/PR sito na Avenida Manoel Ribas nº 2281, Mercês - Curitiba-Pr. Curitiba, 18 de setembro de 2018. Aginaldo Coelho de Farias - Presidente do CRO/PR.

99101/2018

FISCAL DO CONTRATO	RG	SUPLENTE	RG	Nº DO CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO
Alvaro Mateus Santana	8.780.894-7	Marcos Garanhão de Paula	6.606.6549-9	032/2018	Netinstall Ltda. EPP	Serviços de infraestrutura, cabeamento lógico, instalações elétricas e telefônicas

Curitiba, 20 de setembro de 2018.

MARCOS GARANHÃO DE PAULA

Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos

99195/2018

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº 025/2018/DFC/CGA/DFPR

O Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos, no uso das atribuições conferidas pela Resolução 119/2018:

1. Designa os servidores que atuarão como fiscal e suplente, conforme a necessidade, para o contrato abaixo relacionado:

FISCAL DO CONTRATO	RG	SUPLENTE	RG	Nº DO CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO
Alvaro Mateus Santana	8.780.894-7	Marcos Garanhão de Paula	6.606.6549-9	032/2018	Netinstall Ltda. EPP	Serviços de infraestrutura, cabeamento lógico, instalações elétricas e telefônicas

Curitiba, 20 de setembro de 2018.

MARCOS GARANHÃO DE PAULA

Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos

99474/2018

Ministério Público do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 658/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução PGJ nº 1819, de 11 de abril de 2016, tendo em vista o contido no Protocolo nº 18119/2018 - MP/PR, resolve

DESIGNAR

a servidora ANA ELOIZA CANCI, RG nº 8.486.336-0/PR, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Promotoria, para exercer a função de Supervisor Administrativo das Promotorias de Justiça do Foro Regional de Fazenda Rio Grande, a partir de 10 de agosto de 2018.

Curitiba, 06 de setembro de 2018.

JOSÉ DELIBERADOR NETO
 Subprocurador-Geral de Justiça
 para Assuntos Administrativos

Luiz Carlos Mantovanelli
 Diretor do DGP/SUBADM

PORTARIA Nº 659/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução PGJ nº 1819, de 11 de abril de 2016, tendo em vista o contido no Protocolo nº 18484/2018 - MP/PR, resolve

ATRIBUIR

ao servidor CARLOS ALBERTO SOUZA PINHEIRO BERENGUER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Técnico, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual nº 6.174/70, no percentual de 30% (trinta por cento) do valor constante no anexo IV da Lei Estadual nº 19.609/2018, para o cargo em comissão, Assistente 3-C, a partir de 1º de agosto de 2018.

Curitiba, 06 de setembro de 2018.

JOSÉ DELIBERADOR NETO
 Subprocurador-Geral de Justiça
 Para Assuntos Administrativos

Luiz Carlos Mantovanelli
 Diretor do DGP/SUBADM

99334/2018

PORTARIA Nº 670/2018

A 1ª COORDENADORA EXECUTIVA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 484, de 12 de julho de 2018, resolve

CASSAR

por imperiosa necessidade dos serviços, as férias do(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Nome	Protocolo	Período	A partir de	Dias cassados
MIGUEL BELMONTE NETO	19.19.9672.0007578/2018-44	2018	13/09/2018	13
MAYARA DO VALLE	19.19.8751.0007574/2018-34	2018	13/09/2018	27
DANIEL APARECIDA KOTELAK DE MELO	19.19.9580.0007461/2018-59	2018	10/09/2018	12
SIDNEY HIDEO UMADA	19.19.6000.0007294/2018-68	2018	13/09/2018	29

Curitiba, 13 de setembro de 2018

MARIA PRISCILA MAZAROTTO THOMÉ
 1ª Coordenadora Executiva da SUBADM

Luiz Carlos Mantovanelli
 Diretor do DGP/SUBADM

PORTARIA Nº 676/2018

A 1ª COORDENADORA EXECUTIVA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 484, de 12 de julho de 2018, resolve

CASSAR

por imperiosa necessidade dos serviços, as férias do(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Nome	Protocolo	Período	A partir de	Dias cassados
DANIELA NEHRING	19.19.8846.0007603/2018-57	2018	14/09/2018	26
ANA CLAUDIA XAVIER PAZINATO	19.19.8850.0007608/2018-56	2018	14/09/2018	26